



RELAÇÕES POR UM FIO/ Bloco europeu dá dois meses para o governo de Mateusz Morawiecki se manifestar sobre acusações de desrespeito ao Estado de direito no país. Procedimento de infração pode resultar em punições financeiras

UE inicia ação legal contra a Polônia

As relações entre a União Europeia (UE) e a Polônia, já num processo de desgaste, ficaram, ontem, ainda mais abaladas. Numa espécie de ultimato, a Comissão Europeia (CE), o órgão executivo do bloco, abriu um procedimento de infração contra o governo do primeiro-ministro ultranacionalista Mateusz Morawiecki, motivado por “sérias preocupações” a respeito de possíveis afrontas aos princípios do Estado de direito no país, em especial sobre a autonomia e independência do Judiciário.

A medida é tomada dois meses após a decisão divulgada pelo Tribunal Constitucional polonês, questionando a primazia do direito europeu. A CE, que monitora a aplicação dos tratados do bloco, enviou uma comunicação para o governo de Morawiecki, que terá dois meses para enviar suas explicações. O procedimento de infração pode acabar nas mãos do Tribunal de Justiça da UE (TJUE) e resultar em sanções financeiras.

“Consideramos que essa jurisprudência viola os princípios gerais de autonomia, primazia, eficácia e aplicação uniforme do direito da União, e as decisões vinculantes do Tribunal de Justiça (da UE)”, declarou o comissário europeu para a Economia, Paolo Gentiloni. “Também consideramos que o Tribunal Constitucional já não responde às exigências de um tribunal independente e imparcial estabelecido pela lei, como exige o tratado da UE”, acrescentou.

Reação

O primeiro-ministro polonês reagiu imediatamente, criticando a decisão. Segundo Morawiecki, a iniciativa da Comissão Europeia mostra um avanço na “tendência ao desenvolvimento

do centralismo burocrático” de Bruxelas. “É preciso pôr um fim nisso”, assinalou, acrescentando o Tribunal Constitucional polonês respondeu “a todas as exigências de independência”.

“É um Tribunal Constitucional aquele que se ocupa da Constituição, com o objetivo de que esta seja, verdadeiramente, a lei suprema da República da Polónia”, declarou o premiê. “Se a Comissão Europeia entende mal o princípio dos poderes conferidos pelo artigo 5º do Tratado da União Europeia, é, evidentemente, um problema”, asseverou.

As relações entre Polónia e UE se encontram em um momento de tensão por divergências a respeito de uma série de polémicas reformas judiciais promovidas por Varsóvia. Para Bruxelas, essas medidas se chocam com as liberdades democráticas. O governo polonês, por sua vez, alega que

são necessárias para acabar com a corrupção dos juizes.

Recentemente, a Polónia recebeu duas punições da Justiça europeia. Em 27 de outubro, foi condenada a pagar um milhão de euros por dia por interromper o funcionamento da polémica câmara disciplinar do Supremo Tribunal. Um mês antes, o governo de Morawiecki foi instado a desembolsar 500 mil euros diariamente por fechar uma mina de lignito. Varsóvia se nega a pagar ambas as multas.

A queda de braço entre a UE e a Polónia vem se estendendo há anos, em decorrência das reformas judiciais implementadas pelo premiê, integrando o partido conservador e nacionalista Direito e Justiça (PiS), no poder desde 2015. Essas mudanças, segundo analistas internacionais, minaram a independência dos juizes.

A tensão se agravou com uma decisão de 14 de julho do Tribunal Constitucional polonês, sob influência do

AFP



Com bandeiras da Polónia e da UE no boné, homem marcha, em Varsóvia, contra a lei que regulamenta a mídia

partido da situação. Por meio dela, esta corte declarou que as decisões do TJUE, a respeito das reformas judiciais implementadas no país, estão em desacordo com a Constituição.

As relações decaíram ainda mais em outubro, quando o órgão constitucional, a pedido de Morawiecki, desafiou a supremacia do direito europeu sobre o interno, ao declarar alguns artigos dos tratados da UE “incompatíveis” com a Constituição nacional.

As polémicas reformas da Justiça na Polónia também estão no centro do bloqueio do plano de recuperação do país por parte da Comissão Europeia.

Bruxelas exige que Varsóvia cesse as atividades da câmara disciplinar de juizes, de acordo com uma decisão do TJUE que a acusa de falta de independência frente ao poder político.

Mordaca

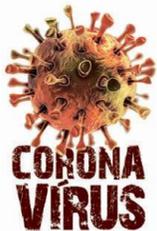
Internamente, a situação também é complicada. No domingo, milhares de pessoas protestaram em frente ao palácio presidencial polonês contra uma nova lei dos meios de comunicação que, segundo seus críticos, visa silenciar o principal canal de notícias independente do país.

“Mídia livre!”, “Queremos o veto!”, gritavam os manifestantes, agitando bandeiras da União Europeia e pedindo ao presidente Andrzej Duda que não sancionasse a lei. “Precisamos de liberdade de expressão”, disse Emilia Zlotinska, de 38 anos.

Jornalistas e figuras da oposição, como o ex-presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, juntaram-se à multidão. “Estamos aqui em defesa da imprensa livre. Quando nos unirmos em solidariedade, vamos vencer. Juntos, vamos varrer este governo”, declarou Tusk, que, agora, lidera o partido Plataforma Cívica.

PANDEMIA

EUA autorizam pílula da Pfizer



Em mais uma frente de combate à covid-19, a Administração de Alimentos e Medicamentos dos Estados Unidos (FDA, na sigla em inglês) aprovou, ontem, o uso do comprimido desenvolvido contra a doença pela Pfizer. Trata-se de um passo importante na luta contra a pandemia, destacam especialistas. “Essa aprovação proporciona uma nova ferramenta para lutar contra a covid-19 em um momento crítico da pandemia, no qual estão surgindo novas variantes”, assinalou a cientista da FDA Patrizia Cavazzoni, em um comunicado.

Trata-se do primeiro tratamento contra a covid-19 em forma de pílula, ingerida por via oral, liberado nos Estados Unidos. Poderão usar o fármaco da pacientes de alto risco maiores de 12 anos. A FDA enfatizou que o tratamento deve complementar e não substituir as vacinas, que continuam sendo a ferramenta de primeira linha no combate ao coronavírus.

“Essa terapia revolucionária, que tem demonstrado reduzir significativamente as hospitalizações e mortes e pode ser tomada em casa, mudará a forma como tratamos a covid-19 e, com sorte, ajudará a reduzir algumas das pressões significativas que nossos sistemas hospitalares e de atendimento médico enfrentam”, destacou, em nota, o diretor-executivo da Pfizer, Albert Bourla.

Combinação

O tratamento da Pfizer, chamado Paxlovid, resulta da combinação de duas drogas — nirmatrelvir, um medicamento experimental, e o ritonavir, um antiviral já existente, usado contra o HIV. Consiste na ingestão de 30 comprimidos em um período de cinco dias.

Diferentemente das vacinas, a pílula anticovid não atua na proteína spike do coronavírus, que está em constante evolução e é usada pelo vírus para invadir as células.

Os Estados Unidos acertaram a compra de 10 milhões de tratamentos no valor de aproximadamente US\$ 5,3 bilhões. A entrega começa ainda este ano e, segundo a Pfizer, deve ser concluída no ano que vem.

Um teste clínico com 2,2 mil pessoas demonstrou, segundo a Pfizer, que a terapia é segura e reduz em 88% as hospitalizações e mortes em pessoas de risco

se tomado nos primeiros cinco dias após o aparecimento dos sintomas.

Na análise pela FDA, chamou a atenção a dispensa do habitual painel de especialistas independentes para revisar em profundidade os dados relacionados à pílula antes da análise final. Ainda se espera a autorização de outro comprimido contra a doença, desenvolvido pela farmacêutica Merck, que já recebeu sinal verde no Reino Unido e Dinamarca.

Máscaras

Com o avanço acelerado da variante ômicron, que já domina os países europeus, governos adotam mais medidas restritivas. Após dois dias consecutivos de recorde de casos de covid-19, com mais de 60 mil contágios, a Espanha determinou que a população volte a usar máscara em ambientes externos, seis meses após suspendido a exigência.

O chefe do governo espanhol, Pedro Sánchez, disse que haverá exceções: a prática de esportes e estar sozinho — ou com pessoas de convívio — em espaços naturais, como montanhas ou praias. Ele assinalou que a medida, recebida com resistência no país em que mais de 80% da população está vacinada, é “temporária” e que será suspensa “assim que possível”.

Também foi registrado, ontem, recorde de contágios no Reino Unido:

Getty Images via AFP



Em Nova York, longa fila para testagem: variante ômicron aumenta casos

106.122 novos diagnósticos de coronavírus, segundo o balanço diário das autoridades de saúde. O premiê Boris Johnson, diante do aumento vertiginoso de casos, alertou que “não hesitaria” em adotar restrições do que apenas o uso de máscaras e a recomendação ao teletrabalho, atualmente vigentes, mas optou por adiar essa decisão.

Por enquanto, o governo anunciou a redução de 10 para sete dias o período de quarentena na Inglaterra para as pessoas vacinadas que tenham contraído o coronavírus.

Em Genebra, o diretor-geral da

Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, voltou a combater a ideia de que é possível transpor a pandemia com doses de reforço contra o coronavírus. “Esses programas de reforço indiscriminados, inclusive, poderiam prolongar a pandemia em vez de acabar com ela, ao desviar as doses disponíveis para países com altas taxas de vacinação, fornecendo ao vírus mais possibilidades de se propagar e sofrer mutações”, advertiu, acrescentando: “É importante lembrar que a grande maioria das hospitalizações e mortes é de pessoas não vacinadas”.